

# O DIREITO DE AUTOR NO MOVIMENTO DE ACESSO LIVRE E ABERTO, UM ESTUDO SOB A ÓTICA DAS EDITORAS CIENTÍFICAS

**Resumo** O direito de autor se destaca como motivador de grandes discussões e é considerado por vezes um empecilho para o acesso aberto e livre à informação científica. Neste trabalho buscou-se compreender como as editoras científicas têm atuado e se adaptado ao movimento de acesso livre e aberto ao conhecimento científico, principalmente no que tange aos direitos autorais. Para isto, foi utilizada a produção científica produzida pelo Instituto de Comunicação e Informação Científica em Saúde (ICICT) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), no período de 2007 a 2014. A coleta dos dados foi realizada a partir do Repositório Institucional da Fiocruz. Em seguida, buscaram-se dados concernentes às políticas de direitos autorais e de acesso livre e aberto à informação científica nos sítios oficiais dos periódicos ou de seus associados e, complementarmente no DOAJ e no Sherpa Romeo. A análise de mais de 350 artigos científicos publicados em 120 periódicos distintos apontam para um cenário de extrema vulnerabilidade jurídica para o usuário, quer seja autor ou leitor. Os resultados indicam a real necessidade de maior conhecimento e transparência quanto ao uso dos direitos autorais por parte dos periódicos/editoras científicos a fim de se minimizar a insegurança jurídica para a comunidade científica.

**Palavras-chave:** Direito autoral; artigo científico; comunicação científica; Instituto de comunicação e informação científica em saúde; Fundação Oswaldo Cruz

**Fabrcia Pires Pimenta**  
Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde Fundação Oswaldo Cruz.  
[fabrcia.pimenta@cdis.fiocruz.br](mailto:fabrcia.pimenta@cdis.fiocruz.br)

**Alex Medeiros Kornalewski**  
Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica da Fundação Oswaldo Cruz - ICICT/Fiocruz .  
[alexmedeiros87@hotmail.com](mailto:alexmedeiros87@hotmail.com)

**Bruna Beltrão Belinato**  
Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica da Fundação Oswaldo Cruz - ICICT/Fiocruz.  
[belinatobruna@gmail.com](mailto:belinatobruna@gmail.com)

**Claudia Lima de Oliveira**  
Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica da Fundação Oswaldo Cruz - ICICT/Fiocruz.  
[claudia.lima@icict.fiocruz.br](mailto:claudia.lima@icict.fiocruz.br)

**Cristiane Rozeno Parangaba**  
Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica da Fundação Oswaldo Cruz - ICICT/Fiocruz.  
[parangaba@ensp.fiocruz.br](mailto:parangaba@ensp.fiocruz.br)

**Fernando Medina**  
Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica da Fundação Oswaldo Cruz - ICICT/Fiocruz.  
[fernandomedina@far.fiocruz.br](mailto:fernandomedina@far.fiocruz.br)

**Leandro da Conceição Borges**  
Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica da Fundação Oswaldo Cruz - ICICT/Fiocruz, Brasil.

**Marita Dias de Castro**  
Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica da Fundação Oswaldo Cruz - ICICT/Fiocruz, Brasil.  
[marita.dias@gmail.com](mailto:marita.dias@gmail.com)

**Michelle Frazão Lanzellote**  
Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica da Fundação Oswaldo Cruz - ICICT/Fiocruz, Brasil.  
[michelle.lanzellote@hotmail.com](mailto:michelle.lanzellote@hotmail.com)

**Monica da Silva Auler**  
Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica da Fundação Oswaldo Cruz - ICICT/Fiocruz, Brasil.  
[monica.auler@gmail.com](mailto:monica.auler@gmail.com)

**Rosângela Cordeiro de Souza Assef Neto**  
Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica da Fundação Oswaldo Cruz - ICICT/Fiocruz, Brasil.  
[rosangelacsan@gmail.com](mailto:rosangelacsan@gmail.com)

**Simone Pereira Lermontov**  
Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica da Fundação Oswaldo Cruz - ICICT/Fiocruz, Brasil.  
[simoneLermontov@globo.com](mailto:simoneLermontov@globo.com)

**Vanessa Suane de Souza**  
Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica da Fundação Oswaldo Cruz - ICICT/Fiocruz, Brasil.  
[nessavs19@gmail.com](mailto:nessavs19@gmail.com)

**Maria Cristina Soares Guimarães**  
Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica da Fundação Oswaldo Cruz - ICICT/Fiocruz, Brasil.  
[cristina.guimaraes@icict.fiocruz.br](mailto:cristina.guimaraes@icict.fiocruz.br)

**Cícera Henrique da Silva**  
Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica da Fundação Oswaldo Cruz - ICICT/Fiocruz, Brasil.  
[cicera.henrique@icict.fiocruz.br](mailto:cicera.henrique@icict.fiocruz.br)

## THE COPYRIGHT IN THE FREE AND OPEN ACCESS MOVEMENT: A STUDY FROM THE PERSPECTIVE OF SCIENTIFIC PUBLISHERS

**Abstract:** The copyright stands out as a driver of much debate and is sometimes considered as an obstacle to free and open access to scientific information. In this paper we sought to understand how scientific publishers have acted and adapted to the movement of free and open access to scientific knowledge, especially with regard to copyright. For this, the scientific literature produced by the Institute of Communication and Information Science in Health (ICICT) of the Oswaldo Cruz Foundation (Fiocruz), in the period 2007 to 2014 was used. Data collection was conducted from Fiocruz Institutional Repository. Then, data concerning to copyright policy and free and open access to scientific information were searched in the official websites of magazines or their associates, in addition to DOAJ and Sherpa Romeo. The analysis of more than 350 scientific articles published in 120 different periodicals point to a scenario of extreme legal vulnerability to user, as author or reader. The findings indicate the real need for greater knowledge and clarity on the use of copyright by journals and scientific in order to minimize legal uncertainty for the scientific community.

**Keywords:** Copyright; scientific article; scientific communication; Institute of Scientific and Technological Communication and Information in Health; Oswaldo Cruz Foundation

### 1 INTRODUÇÃO

O novo paradigma trazido pelo movimento do acesso aberto à informação científica afetou sobremaneira os meios de comunicação científica. Ao se observar a história da ciência, percebe-se que as mudanças no processo de comunicação científica derivam do próprio processo de fazer ciência. A trajetória da ciência revelou diferentes modelos de gestão do processo de comunicação científica, e principalmente a partir do desenvolvimento de novas tecnologias dirigidas à circulação e publicização do conhecimento científico novos padrões vêm surgindo.

A crise dos periódicos, em meados da década de 1980, provocada pelo aumento dos preços das assinaturas e pela escassez de financiamento para manutenção das coleções, criou um ambiente profícuo para o estabelecimento das publicações eletrônicas.

Em um ambiente onde predomina o modelo tradicional de comunicação científica, as instituições públicas de pesquisa não tem acesso a grande parte do conteúdo de conhecimento científico gerado, principalmente em países com baixo grau de investimento em ciência e tecnologia. O que implica dizer que seus pesquisadores, estudantes, ou qualquer que seja o usuário, terá acesso a uma pequena porção destes artigos científicos. Este panorama traz como consequências novos problemas, posto que ao não poder acessar os milhares de artigos

publicados anualmente, a comunidade científica não detém este conhecimento e, por conseguinte, não se incorpora ao estado da arte, limitando a geração de novos conhecimentos e impedindo a retroalimentação da cadeia que gera a ciência. Em uma perspectiva mais pragmática, boa parcela do potencial de impacto científico, tecnológico e social destes artigos não acessados é simplesmente desperdiçado. Este cenário não se coaduna com a atual era da informação, instantânea e ilimitada (Harnad et al, 2004).

O impacto científico é considerado tão importante para a comunidade científica que se tornou a medida do progresso e da produtividade da pesquisa científica. Essa medida tem sido utilizada pelas agências de fomento ou mesmo pelas instituições empregadoras para recompensar o pesquisador pelo êxito no desenvolvimento de sua carreira científica, conferindo prestígio, influência e notoriedade profissional. Esta medida é apurada a partir da citação do artigo publicado em outros artigos científicos, demonstrando que outros pesquisadores puderam acessar os resultados, atestaram sua utilidade para sua pesquisa, e geraram novos resultados, fazendo citação da fonte original. Em contrapartida, o conhecimento inacessível não fomentam novos resultados, gerando pouco ou nenhum impacto (Harnad et al, 2004).

Ademais destas questões mais pragmáticas, deve-se considerar também o caráter político-social. O Estado tem sido apontado como o principal financiador da ciência. E, como tal, através de suas instâncias governamentais, órgãos de fomento, ou mesmo seus pesquisadores, deve suscitar a discussão sobre a importância de tornar público o que foi produzido a partir de financiamentos públicos (Kuramoto, 2006).

É neste cenário de insustentabilidade do modelo econômico das editoras comerciais, de desenvolvimento da internet e de discussões sobre o modelo de comunicação científica que surge o movimento de acesso aberto e livre à informação científica. O acesso aberto e livre teve sua definição discutida e ratificada na Budapest Open Access Initiative (BOAI), reunião organizada pelo Open Society Institute (OSI), em dezembro de 2001. Desta reunião tem-se a Declaração de Budapeste sobre acesso aberto e livre (BUDAPEST..., 2002), que declara que:

“Por ‘acesso aberto’ a esta literatura, nos referimos à sua disponibilidade gratuita na internet, permitindo a qualquer usuário a ler, baixar, copiar, distribuir, imprimir, buscar ou usar desta literatura com qualquer propósito legal, sem nenhuma barreira financeira, legal ou técnica que não o simples acesso à internet. A única limitação quanto à reprodução e distribuição, e o único papel do *copyright* neste domínio sendo o controle por parte dos autores sobre a integridade de seu trabalho e o direito de ser propriamente reconhecido e citado.”

Neste mesmo esforço, a Declaração de Bethesda, em abril de 2003, se preocupou em definir a “publicação de acesso livre”. E, como tal, deve atender a duas condições, das quais a primeira está intimamente ligada a este trabalho, qual seja, o autor e titular dos direitos de autor concedem, a todos os usuários, o direito de acesso livre, irrevogável e universal e, licença para copiar, usar, distribuir, transmitir e exibir o trabalho publicamente e fazer e distribuir trabalhos derivados, em qualquer meio digital para qualquer propósito responsável, sujeito à necessária atribuição da autoria, bem como o direito de fazer um pequeno número de cópias impressas para seu uso pessoal (Suber, 2003).

Mas tornar público não significa dizer que esteja em domínio público. O movimento de acesso aberto e livre ao conhecimento também tem provocado novas formas de se pensar o direito autoral.

O elevado grau de desterritorialização dos conteúdos digitais tem como consequência a sua imediata disponibilização em âmbito universal. E uma vez acessível, pode ser reproduzido, distribuído ou reutilizado por qualquer pessoa (Dias e Vidotti, 2012). Entretanto, o advento da internet com sua natural instantaneidade, não significa uma reconfiguração dos papéis do autor, detentor de direitos, e do usuário, receptor de direitos.

A simples mudança do meio de fixação, quer seja impresso ou virtual, da expressão do conteúdo intelectual, protegido por direito autoral, não constitui alteração no rol de direitos do autor. Ou seja, não há diferentes direitos para conteúdos em diferentes suportes, porque o direito está manifesto em relação ao conteúdo, como bem versa o artigo sétimo da lei de direitos autorais, Lei n. 9.610/1998 (BRASIL, 1998).

A interpretação minimalista de que os artigos científicos disponíveis na internet estão em domínio público, ou seja, sem impedimentos para livre reprodução e distribuição se mostra equivocada e por vezes ilícita e ilegal (Oliveira, 2013). Portanto, a disseminação da ciência depende do consentimento do detentor do direito autoral. E, neste sentido, este direito pode ser utilizado tanto para melhorar ou dificultar o acesso aberto e livre (Swan, 2012).

O direito de autor, conforme versa a lei garante proteção “as criações do espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro” (BRASIL, 1998). Conforme Cavalheiro (2001), o direito de autor trata da “titularidade garantida ao criador sobre a obra ou criação a que deu vida, compreendendo o complexo de poderes de usá-la e gozá-la, conforme melhor lhe convier, bem como têm garantido esta titularidade seus sucessores.”. Deste modo, o direito

autoral versa sobre o vínculo pessoal e patrimonial do autor com sua obra, ao proteger este vínculo de qualquer utilização inapropriada.

O direito autoral se apresenta como um conjunto de direitos, tais como, usar, publicar, reproduzir, comunicar em público, distribuir, reivindicar sua autoria e tantas outras modalidades de utilização existentes ou que venham a ser inventadas. E, neste sentido, ao ceder às editoras o direito de usar sua obra intelectual a fim de ter seu trabalho publicado, o autor transfere seu direito patrimonial. A transferência de direitos totais e/ou exclusivos, através de acordo, como parte necessária ao processo de publicação científica tem suscitado discussões na comunidade científica. De igual modo, a restrição total de direitos de acesso e uso do conhecimento científico realizada pelos jornais e editoras científicas, no modelo tradicional de publicação, tem levantado questões éticas, políticas e estratégicas para as instituições de pesquisa e pesquisadores em todo o mundo.

Neste sentido, o presente trabalho propõe melhor compreender o processo de adaptação dos jornais e editoras científicas ao movimento de acesso livre e aberto ao conhecimento científico. De forma específica, o trabalho pretende observar como o direito autoral tem sido operado nos nascentes modelos de gestão do processo de comunicação científica, principalmente no que tange ao acesso circulação e publicização do conhecimento científico.

## **2 METODOLOGIA**

Este trabalho utilizou como amostra de pesquisa a produção científica do Instituto de Comunicação e Informação Científica em Saúde (ICICT) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), produzida no período de 2007 a 2014. O ICICT, em 2007, alçou novas competências ao incorporar em sua missão as atribuições de pesquisa científica, tornando-se uma unidade técnico-científica da Fiocruz, limitando a amostra temporal ao período supracitado. Sua missão, como bem elenca Araújo e Oliveira (2012), é:

“cuidar dos campos da Informação e Comunicação, atribuindo a eles importante papel estruturante nas políticas públicas de saúde a partir do princípio da interdisciplinaridade, como um princípio comum ao ensino e à pesquisa desta instituição. Isto implica o reconhecimento desses elementos como fundamentais para a pesquisa e a inovação, a prestação de serviços, o ensino, o planejamento, a

gestão interna e a discussão pública sobre temas de Ciência & Tecnologia e Saúde” (Araújo e Oliveira, 2012).

No universo amostral, foram consideradas todas as categorias de artigos publicadas em fascículos dos periódicos científicos, quer sejam artigos científicos, editoriais, resenhas, correspondências por compreender que todos estes tipos se apresentam como mecanismos de comunicação entre os pesquisadores. As produções que porventura tenham sido publicadas somente no sítio da revista e não em um fascículo corrente do periódico foram excluídas.

A coleta dos metadados referentes à científica do ICICT foi realizada a partir do repositório institucional da Fiocruz, o ARCA ([www.arca.fiocruz.br](http://www.arca.fiocruz.br)). A coleta dos dados foi realizada por meio do acesso direto à base de dados do Repositório Institucional ARCA utilizando comandos SQL. Após determinado número de ações, um último comando retornou valores de um mesmo item dispostos em coluna. Em seguida, foi desenvolvido um programa utilizando a linguagem Python, que utilizou os dados coletados como entrada, resultando em uma tabela onde os metadados estavam dispostos nas colunas e os artigos nas linhas. A fim de se identificar o nome dos periódicos, o programa em Python identificou o metadado em cada um dos artigos recuperados e, com base nas normas ABNT, extraía o nome do periódico científico.

Ainda foi necessária uma etapa de normalização do metadado relativo aos periódicos científicos. Observou-se que havia tanto nomes abreviados quanto por extenso, além de incorreções na grafia.

Após a normalização, foram analisadas as seguintes variáveis da produção científica do ICICT, no que tange aos periódicos e editoras escolhidos pelos pesquisadores para comunicação científica: título do periódico, ano de publicação do artigo, procedência geográfica, a instituição proprietária e editora e sua natureza jurídica. As duas primeiras variáveis foram obtidas através da extração dos metadados do ARCA e as demais a partir do sítio oficial do periódico.

Com o intuito de se alcançar o propósito deste trabalho, inicialmente os dados foram buscados nos sítios oficiais de cada um dos periódicos. De forma complementar, os sítios das bases de dados cadastrais de periódicos de acesso aberto Sherpa Romeo (<http://sherpa.ac.uk/romeo/search.php>) e Directory of Open Access Journals - DOAJ (<https://doaj.org/>).

As questões que se buscou responder foram: 1) o periódico se auto-declara de acesso aberto? 2) o periódico está indexado no DOAJ? 3) o periódico permite a leitura do conteúdo do fascículo corrente sem qualquer tipo de barreira? (vale enfatizar que a busca foi realizada em computador com acesso a internet ambos de natureza privada e particular); 4) o periódico permite a impressão, o download e o salvamento de cópia de artigo do fascículo corrente sem qualquer tipo de barreira? 5) o periódico permite a distribuição dos artigos sem qualquer tipo de barreira? 6) o periódico permite o reuso das informações contidas no artigo sem qualquer tipo de barreira? 7) o periódico retém os direitos autorais dos artigos a serem publicados? 8) a revista está classificada na base Sherpa Romeo? E, se positivo, em que categoria? 9) a revista aderiu ao sistema de licenças Creative Commons? E, se positivo, quais licenças utiliza?

A partir destes dados, podem-se identificar perfis dos periódicos científicos e editoras no que tange aos direitos autorais e acesso aberto à informação científica. Neste cenário, o presente trabalho busca compreender como as editoras científicas se adaptaram ao movimento de acesso livre e aberto ao conhecimento científico, principalmente no que tange aos direitos autorais.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O trabalho analisou a produção científica do Instituto de Comunicação e Informação Científica em Saúde (ICICT) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), publicada no período de 2007 a 2014. A produção científica, extraída do repositório institucional da Fiocruz, ARCA, apresenta 280 documentos, dentre artigos científicos e demais tipos, tais como editorial, correspondência, resenha, comentário etc.

Ao se analisar quantitativamente as revistas científicas, a produção científica do ICICT está publicada em 120 revistas, 60 nacionais e 60 estrangeiras. Em outro sentido, são 90 revistas com somente um único documento publicado o que claramente aponta para a grande abrangência de conteúdos abordados pelo ICICT, evidenciando seu caráter interdisciplinar como já mencionado, o “desafio de pensar, construir e articular, de forma interdisciplinar, conceitos e práticas de Informação e Comunicação para a saúde” (Araújo e Oliveira, 2012).

Em relação à natureza jurídica dos publicadores, pode-se observar que há 4 perfis; (1) associações, organizações, sociedades ou federações; (2) universidades, institutos de ciência e tecnologia; (3) instâncias governamentais e (4) editora ou casa publicadora. Nota-se que é predominante o uso das revistas editadas por editoras científicas comerciais, seguido por revistas editadas por universidades ou institutos de ciência e tecnologia - ICTs e por associações, organizações, sociedades ou federações (Figura 1A). Contudo, ao se analisar o quantitativo de artigos científicos publicados, o cenário não demonstra o predomínio das revistas publicadas por grandes editorias científicas comerciais, mas sim daquelas oriundas das universidades ou ICTS com 51% das publicações (Figura 1B). Este cenário pode ser parcialmente entendido ao considerar, ao longo do século XX, um nítido aumento no quantitativo de publicações pela entrada de novos publicadores, tais como universidades, ICTs e instâncias governamentais, justamente pela redução dos custos de processamento editorial, propiciadas pelo avanço das tecnologias (Guanaes, 2011). Este cenário propicia um ambiente mais favorável à concorrência, posto que o paradigma do mercado editorial comercial tende à cartelização, com poucos detendo mais de dois terços do mercado mundial, oportunizando o aumento de preços das assinaturas dos periódicos científicos (Guimarães e Marcondes, 2007).

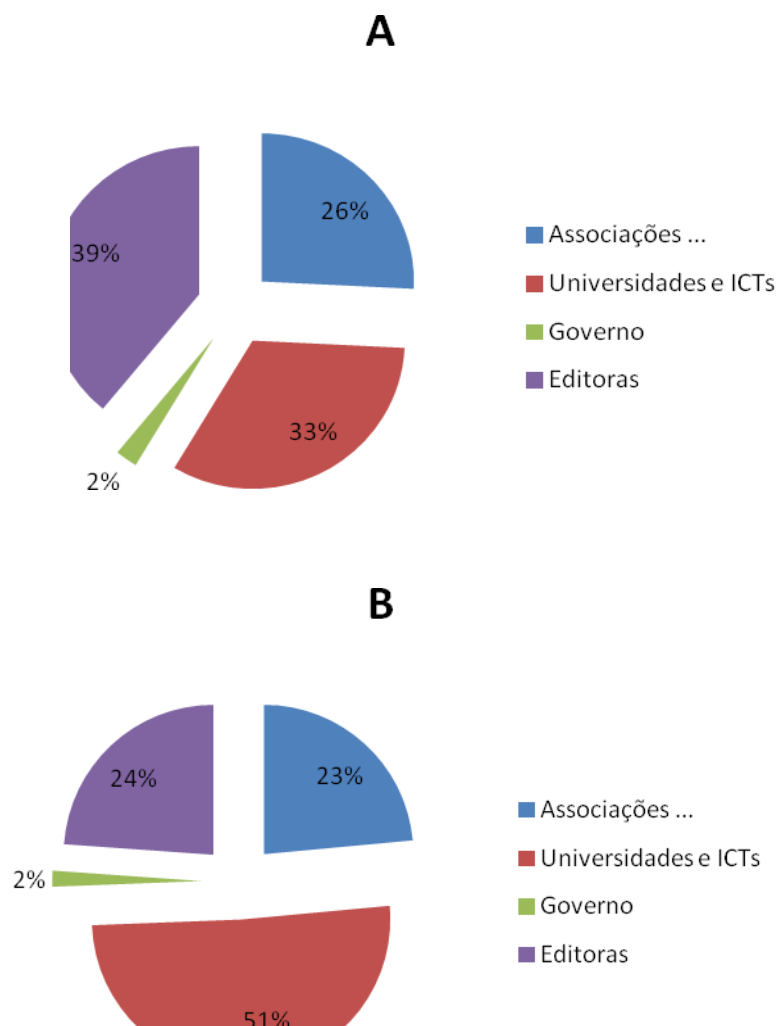
Dentre os periódicos com maior incidência de publicação (acima de 10 artigos publicados) estão os Cadernos de Saúde Pública, a RECIIS – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde, Ciência & Saúde Coletiva e a Revista de Saúde Pública com 45, 27, 19 e 16 documentos, respectivamente. Importante frisar que os Cadernos de Saúde Pública são publicados pela Escola Nacional de Saúde Pública – ENSP e a RECIIS é publicada pelo ICICT, ambas unidades técnicas da Fiocruz.

A RECIIS foi criada em meio ao processo de transformação do ICICT em instituto técnico-científico da Fiocruz. Em um ambiente profícuo de consolidação dos laboratórios de pesquisa e de estruturação do programa de pós-graduação *stricto sensu*. Conforme bem explicita Trigueiros (2015):

“Surgia como uma proposta de comunicação científica que refletia bem as características e a missão do IciCT e também da nossa pós-graduação, caracterizadas pela transversalidade, pela interseção, pela interdisciplinaridade e pela permeabilidade entre os campos da informação, da comunicação, da tecnologia aplicada, da inovação, da cultura, da saúde pública e de suas políticas, e das ciências sociais.” (Trigueiros, 2015).



**Figura 1.** Perfil da publicação científica do ICICT em relação à natureza jurídica dos publicadores. (A) Perfil considerando o quantitativo de revistas científicas; (B) perfil considerando o quantitativo de artigos científicos.



A busca de informações nos sítios oficiais das revistas se mostrou uma etapa bastante laboriosa e exaustiva. Ficou bastante nítido que a informação sobre direitos autorais não está disposta claramente, de forma evidente e de fácil acesso. Foi necessário o acesso a diferentes seções dentro do sítio, por vezes em sítios secundários para que se pudesse obter a informação de forma inequívoca. O redirecionamento para outro sítio foi prática bastante comum para periódicos de editoras comerciais. Neste caso, as informações constavam nas políticas gerais

das editoras, e não mais no âmbito do periódico em análise. Estas dificuldades também foram relatadas em um estudo sobre modelo de publicação das editoras (Björk, 2012).

A pesquisa foi realizada em diversas seções, tais como, para periódicos em língua inglesa: About this journal, Editorial Policies, Copyright, Rights and Permissions, Guide for authors, Submit a manuscript, Open Access. Para periódicos em língua portuguesa, as seguintes seções foram consultadas: Sobre, Políticas Editoriais, Direitos autorais, Diretrizes para autores, Submissão de Artigos, Política de Acesso Aberto. Vale ressaltar que foram observadas diferentes formas de redação dos termos acima, neste sentido, buscou-se a informação no maior número de seções, assumindo o critério da redundância ao invés da escassez de dados.

Nossos dados apresentam diferentes perfis de periódicos/editoras científicos com relação ao direito autoral e o acesso aberto e livre à informação científica (Tabela 1). Esta diferença se evidencia no modelo de negócio escolhido pelo periódico/editora. Em face do movimento de acesso aberto; da consequente necessidade dos pesquisadores em compartilhar, disseminar e maximizar o impacto de suas pesquisas; e das políticas de publicização da informação científica imposta pelas agências de fomento; os editores têm sido impelidos a repensar sua estratégia de negócio.

**Tabela 1.** Categorização dos periódicos científicos, utilizados pelo ICICT para comunicação científica, conforme modelo de publicação

N. de periódicos científicos	Com pagamento de taxa de publicação pelo autor		Sem pagamento de taxa de publicação pelo autor	
	Se auto-declara de Acesso aberto <sup>a</sup>	Híbrida	Se auto-declara de Acesso aberto <sup>a</sup>	Por assinatura
Total	18	32	64	4
Permite a leitura?*	18	32	64	0
Permite o salvamento?*	17	31	62	0
Permite a distribuição?*	14	24	16	0
Permite o reuso?*	12	20	2	0
Não retém os direitos autorais?	11 <sup>b</sup>	10 <sup>b</sup>	11 <sup>b</sup>	0

\*: Permissão de forma gratuita, imediata, sem restrições ou limitações; <sup>a</sup>: a revista declara que seu conteúdo ou parte dele está em “acesso aberto”, sem, contudo, defini-lo; <sup>b</sup>: os autores retêm os direitos autorais, mas autorizam publicação.

Em poucos anos, grande parte dos periódicos científicos migrou, ou anexou a sua editoria, a publicação online na internet. E, ao longo deste período, o acesso via internet tem se tornado a principal via de comunicação científica. Apesar da mudança de paradigma, o modelo de negócio permaneceu o mesmo; ou seja, onerar os leitores ou as bibliotecas, através da cobrança de assinaturas, para se obter o acesso à informação científica. Neste cenário, surge um novo modelo de publicação científica, os “periódicos em acesso aberto”, que permitem o acesso a leitura de todo o artigo científico, via internet (Björk, 2011; Björk, 2012).

Muitos periódicos surgiram neste cenário de acesso aberto à informação, disponibilizando para leitura na internet todo o seu conteúdo, o que tem sido nomeado com a “Via Dourada”. Destacam-se o sucesso das publicações com conteúdo em acesso aberto tais como a BioMedCentral e a Public Library of Science (Björk, 2012).

Entretanto, como os custos são uma barreira ao acesso, os periódicos que trilham a via dourada devem encontrar meios alternativos para cobrir suas despesas de processamento e publicação. Nesta arena, se destacam duas distintas trajetórias de fontes alternativas de recursos: os periódicos patrocinados por associações ou agências de fomento e aqueles nos quais os autores pagam por “taxas de processamento de artigos” ao terem aceito para publicação seu artigo submetido. Para algumas editoras esta taxa tem sido o mecanismo principal para manutenção da via dourada (Kuramoto, 2006; Björk, 2011; Björk, 2012; Guanaes & Guimarães, 2012).

Nossos resultados demonstram que 82 (69%) dos 118 periódicos utilizados pelos pesquisadores do ICICT utilizam a via dourada como forma de disponibilização de seu todo o seu conteúdo. Ao se analisar o quantitativo de artigos científicos publicados, 67,5% (n=189) da produção científica pode ser acessada para leitura sem qualquer tipo de barreiras.

Destes periódicos, 64 de 118 (55%) não cobram taxas de processamento de artigos, sendo demonstrando a grande e fundamental importância das agências de fomento na consolidação do acesso aberto à pesquisa pública brasileira. Este esforço para compartilhar, disseminar e maximizar o impacto das pesquisas brasileiras também advém do fato de que há no Brasil iniciativas para a promoção do acesso aberto tais como Scielo. Neste sentido, nossos

resultados apontam que dos 64 periódicos que utilizam a via dourada e não cobram taxas de processamento, 57 (48%) são periódicos nacionais. O que de forma contundente corrobora a importância do apoio e fomento a estas iniciativas.

Como uma alternativa aos periódicos que, desde seu nascimento utilizam a via dourada, os tradicionais periódicos por assinatura iniciaram uma transição gradual em direção ao movimento de acesso aberto. Nesta tentativa, muitos periódicos/editoras criaram um modelo misto de publicação, ou seja, oferecem ao autor a alternativa de publicação em acesso aberto através do pagamento de taxa de processamento em detrimento da opção de publicação tradicional sem custos. São os chamados periódicos híbridos. Este modelo de publicação permitiria aos editores a transição gradual do modelo tradicional, via assinatura, para o modelo de acesso aberto no caso de haver grande demanda pela via dourada. A discussão acerca da sustentabilidade deste modelo tem gerado estudos que atestam para a marginalidade deste processo no cenário das publicadoras (Björk, 2012).

Os dados atestam que os periódicos híbridos tem certa participação no portfólio de publicação do ICICT, com 32 (27%) periódicos. A produção científica nestes jornais foi de 45 (16% de 280) artigos científicos. Entretanto vale mencionar que não foi averiguado se estes artigos foram publicados na via dourada ou se permanecem em acesso restrito aos assinantes; este tipo de averiguação requer o exame de cada artigo, se distanciando do escopo inicial deste trabalho.

O conceito de acesso aberto não parece consensual a partir dos nossos resultados. Como pode ser visto na Tabela 1, há um real declínio no número de periódicos conforme se aumenta o grau de permissão para acesso ao conteúdo do artigo científico. Ou seja, apesar de os periódicos/editoras se auto-declararem como de “acesso aberto”, há vários entendimentos sobre o quanto se deve permitir que autores e terceiros possam aberta e livremente acessar o conhecimento científico.

A Iniciativa de Budapeste pelo Acesso Aberto, quando se refere a documentos em acesso aberto, enfatiza que estes além de estarem disponíveis de forma gratuita na internet, devem permitir:

“a qualquer usuário a ler, baixar, copiar, distribuir, imprimir, buscar ou usar desta literatura com qualquer propósito legal, sem nenhuma barreira financeira, legal ou técnica que não o simples acesso à internet...” (BUDAPEST ..., 2002)

tendo o autor unicamente controle sobre a integridade de seu trabalho e o direito de ser propriamente reconhecido e citado.

Entretanto, ao se analisar o grupo de 50 periódicos que requerem taxas de processamento para o acesso aberto, somente cerca de 75% permitem a distribuição do conteúdo de forma irrestrita. A análise dos sítios dos periódicos permite elencar algumas limitações, tais como, distribuição exclusivamente para fins pessoais, ou para fins educacionais, não permissão para distribuição em sítios públicos, não permissão para fins comerciais etc. Somente para 3 periódicos não foi encontrada a informação sobre os direitos de distribuição.

Para o grupo de 64 periódicos que não requerem taxas de processamento e se auto-declaram como periódicos de acesso aberto, somente 25% permitem a distribuição do conteúdo de forma irrestrita. Dentre as limitações elencadas estão distribuição exclusivamente para fins pessoais, ou para fins educacionais, permissão para distribuição em pequenas quantidades, não permissão para fins comerciais etc. Entretanto, o que mais se destaca neste grupo de periódicos está no fato de 58% (n= 37) não fazerem qualquer menção a permissão ou não para distribuição dos artigos científicos. Esta situação de falta de informação ou falta de clareza quanto ao direito é extremamente prejudicial, causando séria vulnerabilidade jurídica.

Deve-se ainda ressaltar que deste grupo de periódicos que não requerem taxas de processamento, se auto-declaram como periódicos de acesso aberto, mas não mencionam acerca da possibilidade de distribuição irrestrita de seu conteúdo, 36 periódicos são brasileiros. Estes dados demonstram uma grave realidade que os periódicos brasileiros ainda não estão familiarizados com a terminologia atinente ao direito autoral tampouco com a necessidade de transparência a fim de evitar fragilidades na relação com seu leitor.

O mesmo cenário pode ser observado em relação a possibilidade de reuso do conteúdo dos artigos científicos. No grupo de 50 periódicos que requerem taxas de processamento para o acesso aberto, somente 64% permitem o reuso do conteúdo de forma irrestrita. Somente para 7 periódicos não foi encontrada a informação sobre os direitos de reuso.

Para o grupo de 64 periódicos que não requerem taxas de processamento e se auto-declaram como periódicos de acesso aberto, somente 2 periódicos permitem o reuso do conteúdo de forma irrestrita. Dentre as limitações elencadas para a impossibilidade de reuso estão uso exclusivamente para fins pessoais, ou para fins educacionais e não permissão para

fins comerciais. Neste grupo também se destaca que 61% (n= 39) não fazem qualquer menção a permissão ou não para reuso dos artigos científicos, dos quais 37 são periódicos brasileiros.

A Iniciativa de Budapeste pelo Acesso Aberto, nas dez recomendações em comemoração aos dez anos de iniciativa, faz a seguinte orientação:

“As revistas baseadas em assinaturas ou não AA que permitam qualquer tipo de auto-arquivo ou depósito em repositórios AA, devem descrever o que autorizam de uma forma precisa em termos legíveis por pessoas e por máquinas, de acordo com um padrão aberto.” (BUDAPEST ... 2012).

Ainda vale ressaltar que este panorama tem sido anunciado também pela base de dados cadastrais de periódicos de acesso aberto Sherpa Romeo. A base noticia que apesar de alguns periódicos estarem arrolados no diretório DOAJ, ou seja, se auto-declararem de acesso aberto, “isso apenas significa que se encontra livremente disponível para leitura”. Ainda alerta para a necessidade de se entrar em contato com o editor do periódico para informações.

Os dados apontam para um grave cenário de fragilidade e falta de informações. Este panorama se apresenta ainda mais grave nos periódicos brasileiros ao sequer mencionarem o entendimento do periódico sobre a questão. Este estado de precariedade não se mostra tão patente para as editoras estrangeiras, em menor grau para as grandes editoras comerciais.

Ao se analisar sob o prisma dos autores e leitores, é notório que estes podem ser considerados hipossuficientes em relação ao tema. Poucos são os pesquisadores que tem clareza em relação aos direitos e deveres, incorrendo por muitas vezes em atitudes consideradas ilícitas. Contudo, a estes cabe a alegação de ter agido sem má-fé, de desconhecimento para remissão de seus atos, podendo ficar isentos de responsabilidade. Em contrapartida, aos editores cabe a responsabilidade objetiva por suas ações em decorrência de suas atividades.

Os resultados sugerem que os editores devem estar atentos às necessidades de transparência e clareza com relação a todos os aspectos relacionados aos direitos autorais. Devem ainda ser sensíveis às mudanças de paradigmas, principalmente no que tange às implicações legais de seus atos ou omissões.

É nítida a necessidade de maior conhecimento e transparência quanto ao uso dos direitos autorais por parte dos periódicos/editoras científicos a fim de se minimizar a insegurança e fragilidade jurídica para a comunidade científica.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Inesita Soares; OLIVEIRA, Valdir Castro. Comunicação e Mediações em Saúde: Um olhar a partir do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde (ICICT/Fiocruz) PPGICS/ICICT/FIOCRUZ. **RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, 2012.

BISCALCHIN, Ana Carolina Silva; ALMEIDA, Marco Antônio de. Direitos autorais, informação e tecnologia: impasses e potencialidades. **Liinc em revista**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 638-652, 2011. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000011094&dd1=ba894>>. Acesso em: 24 sep. 2015.

BJÖRK, Bo-Christer. The hybrid model for open access publication of scholarly articles: A failed experiment? **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 63, n. 8, p. 1496–1504, 2012.

BRASIL. Lei n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/leis/L9610.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9610.htm)>. Acesso em: 24 sep. 2015.

BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE (BOAI). **Declaração de Budapeste**. 2002. Disponível em: <<http://www.budapestopenaccessinitiative.org/>>. Acesso em: 24 sep. 2015.

BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE (BOAI). **Ten years on from the Budapest Open Access Initiative: setting the default to open**. Disponível em: <<http://www.budapestopenaccessinitiative.org/boai-10-recommendations>>. **Acesso em: 24 sep. 2015.**

CAVALHEIRO, Rodrigo da Costa Ratto. História dos direitos autorais no Brasil e no mundo. **Cadernos de Direito**, Piracicaba, v. 1, n. 1, p. 209-220, 2001. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistasunimep/index.php/direito/article/viewArticle/896>. Acesso em: 24 sep. 2015.

DIAS, Guilherme Ataíde; VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregório. Arquitetura da informação no ambiente digital: avaliando as relações com o direito da propriedade intelectual. **Informação & Sociedade: estudos**. João Pessoa, v. 2, p. 115-132, 2012. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/14131>>. Acesso em: 24 sep. 2015.

HARNAD, Stevan; BRODY, Tim; VALLIERES, François; CARR, Les; HITCHCOCK, Steve; GINGRAS, Yves; OPPENHEIM, Charles, HAJJEM, Chawki e HILF, Eberhard. The Access/Impact Problem and the Green and Gold Roads to Open Access: An Update. *Serials*

Review 34: 36-40, 2004. Disponível em: < <http://eprints.soton.ac.uk/265852/2/serev-revised.pdf>>. Acesso em: 24 sep. 2015.

KURAMOTO, H. Informação científica: proposta de um novo modelo para o Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35. n. 2, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n2/a10v35n2.pdf>>. Acesso em: 24 sep. 2015.

GUANAES, Paulo Cezar Vieira. **Modelos de gestão de periódicos científicos eletrônicos em acesso livre: estudo para um modelo de gestão sustentável na área de saúde pública**. 2011. Dissertação (Mestrado em Informação e Comunicação em Saúde) - Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://arca.icict.fiocruz.br/handle/icict/6185>>. Acesso em: 24 sep. 2015.

GUANAES, Paulo Cezar Vieira; GUIMARAES, Maria Cristina Soares. Modelos de gestão de revistas científicas: uma discussão necessária. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 17, n. 1, p. 56-73, 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-99362012000100004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362012000100004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 24 sep. 2015.

GUIMARÃES, Maria Cristina Soares; MARCONDES, Carlos Henrique. Para além do acesso livre: o passado, presente e futuro. **DataGramZero - Revista de Ciência da Informação**, v. 8, n. 4, 2007. Disponível em: <[http://www.datagramzero.org.br/ago07/Art\\_05.htm](http://www.datagramzero.org.br/ago07/Art_05.htm)>. Acesso em: 24 sep. 2015.

OLIVEIRA, Jaury Nepomuceno. Acesso Livre e Direito de Autor: a comunicação científica eletrônica na ciência da informação no Brasil e em Portugal. 2013. Tese (Doutorado) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT e Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ. Disponível em: <http://tede-dep.ibict.br/handle/tde/24>. Acesso em: 24 sep. 2015.

SUBER, Peter. **Bethesda Statement on Open Access Publishing**. Released June 20, 2003. Disponível em: <<http://legacy.earlham.edu/~peters/fos/bethesda.htm>>.

SWAN, Alma. **Policy Guidelines for the development and promotion of open access**. Open Guidelines Series. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization - UNESCO, Paris. 2012. 77p.

TRIGUEIROS, Umberto. Reciiis 8 anos: Uma história de inovação e desafios. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, [S.l.], v. 9, n. 2, jun. 2015. Disponível em: <<http://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/975>>. Acesso em: 24 sep. 2015.